

A VOZ de MELGAÇO

Proprietários: A. LUÍS VAZ e JÚLIO H. VAZ

Director e Administrador: JÚLIO HILARIÃO VAZ

Subdirector: CARLOS NUNO VAZ

Redacção e Administração: Largo da Senhora-a-Branca, 105 — BRAGA

★ ANO XXX — N.º 572 — Melgaço, 15 de Setembro de 1975

★ Tip. Augusto Costa & C.a, L.da - Telef. 22455 - Braga

Objectivos das cooperativas agrícolas

É natural que o nosso lavrador pergunte: e para que servem as cooperativas?

Esta pergunta é tanto mais premente quanto os Grémios da Lavoura agora desmantelados pelos homens do «25 de Abril» não corresponderam ao que eles desejavam do Grémio: instrução e assistência agrícola, auxílio nos trabalhos mediante o uso de maquinaria apropriada, melhores preços na compra de adubos, e boa colocação dos produtos.

Neste momento assiste-se a uma preocupação: fazer dos antigos Grémios da Lavoura centros de organização profissional para defesa dos interesses da classe e, ao mesmo tempo, para estudo das melhores maneiras de desenvolver a agricultura.

Por outro lado vê-se nos Jornais e na Televisão, bem como em inúmeros cartazes, apregoar o crédito ao serviço da lavoura, facilitado.

Infelizmente nestas campanhas a favor da lavoura tem-se assistido a um trabalho de penetração política de um determinado partido — o comunista — mais do que de interesse real da lavoura e do lavrador.

As cooperativas agrícolas e não os partidos é que deram incremento à lavoura, hoje rica, da França, da Alemanha Ocidental, da Bélgica, da Holanda, da Dinamarca, etc..

Foi a necessidade que o lavrador sentiu de cuidar a sério da sua defesa que o levou a organizar-se em cooperativas.

O lavrador tem de trabalhar a terra — é a exploração do solo —; pode e deve tratar da transformação dos produtos (por exemplo, o leite em manteiga e queijo); tem de procurar comprar barato os produtos e deve vendê-los com benefícios maiores.

Ora há cooperativas para a utilização em comum do material agrícola, da maquinaria; há cooperativas para a exploração do campo, em comum; há cooperativas de transformação dos produtos; há cooperativas de compras e vendas.

Que pretendem, as cooperativas?

Reduzir ao máximo as despesas de produção e obter o máximo de vantagens económicas na venda dos produtos.

Na Alemanha Ocidental, todo o vinho é tratado e vendido por milhares de cooperativas.

A cooperativa agrícola tem, pois, como finalidade as vantagens económicas.

Devido à união dos lavradores, a cooperativa permite comprar os artigos — sementes, adubos e tratamentos — ao mais baixo preço, e permite vender os produtos aos melhores preços.

De facto um dos resultados da cooperação de todos os lavradores é suprimir os intermediários, ligando imediatamente e directamente os compradores e os vendedores, os produtores e os consumidores.

Todos sabemos que o produto, desde que sai da casa produtora, passa por intermediários que o vão encarecendo: o armazenista, o representante deste, e o comerciante.

Por sua vez, o lavrador, que não está organizado, produz o vinho, a batata, o milho, etc. e fica com ele em casa até que lho procurem, sujeito ao desgaste do tempo e da concorrência. É a vitela que sai barata da mão do lavrador e que é paga pelo mesmo, quando vai ao talho, por um preço muito maior.

É o vinho que vende, neste ano, a 1.200\$00 a pipa, se tem quem lhe vai à porta, e que o paga no restaurante ou na taberna a preço tal que a pipa valeria 5, 6 e mais contos.

A cooperativa tem, pois, como objectivo as vantagens económicas do lavrador.

O Papa João XXIII na encíclica «Mater et Magistra» recomenda as cooperativas com estas palavras: «Devem-se conservar e promover, de harmonia com o bem comum, e conforme as possibilidades técnicas, a empresa artesanal, a exploração agrícola familiar, e também a empresa cooperativa, como integração das duas precedentes».

JÚLIO VAZ

Que a construção civil atinja os meios rurais

As gentes da minha terra não são, naturalmente, propícias a actos de violência, mas têm, inatos, sentimentos de justiça e regras consuetudinárias de convivência pacífica. São capazes de sacrificar tempo e bens no auxílio do seu semelhante para que cada um se sinta satisfeito quando também o está o seu vizinho. E assim, a aceitação voluntária das leis depende do sentido de equilíbrio que lhes esteja imanente, do seu espírito de justiça social, da tradução verdadeira de um verdadeiro espírito de universalidade e solidariedade que traduzam.

E neste sentido que toda a população do Norte do País se sentiu satisfeita com a disposição legal que permitiu — ou que permitirá — que haja menos vizi-

nhos sem casa digna, porque compreende que a casa é um dos elementos fundamentais para que a família cumpra a sua missão social, como micro-sociedade e, depois, como parte integrante válida no contexto da sociedade portuguesa.

Todas as acções do Poder Central, dentro de uma linha claramente democrática, quer sejam de estabilização, quer sejam de promoção, devem englobar o homem todo e todos os homens. E, na mesma linha de desenvolvimento, teremos de considerar um leque muito largo de opções em que as prioridades são, naturalmente, diferentes, conforme as pessoas que vão afectar.

As necessidades reais das populações têm de ser por elas mesmas detectadas e nas soluções, dentro do condicionalismo de âmbito nacional, há que respeitar prioridades por si estabelecidas. Só assim haverá participação activa pelas bases da sociedade, só assim haverá uma

consciência colectiva na construção de um futuro que foi posto, pela resolução nas mãos dos portugueses.

Daqui que a revolução não tenha o mesmo conteúdo vivificante para um camponês que para um operário fabril. O que se pede à revolução é diferente no Norte ou no Sul do País.

Quando, nesta Assembleia, temos visto enunciar problemas do operariado e campesinato do Sul, nomeadamente para o estrato social que constitui a classe operária de Lisboa — o que tem sido, com frequência, o caso do Sr. Deputado da UDP —, sabemos que se estão a encarar os problemas nacionais a um nível muito particular, a um nível de miopia social. O que não tira validade às intervenções aqui produzidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quem vive o dia a dia das populações do Norte vive, necessariamente, o gravíssimo problema.

(Continua na 3.ª pág.)

A nova câmara municipal Não, aos FILHOTES!...

Está dimissionária a comissão administrativa da câmara municipal.

Deu como razão imediata a circunstância de não terem atendido superiormente o pedido feito para pagar o débito de milhares de contos, deixado pela administração do Dr. Sidónio.

Outro motivo — e esse de maior peso — seria, parece, preferirem eleições, como as da assembleia constituinte, à escolha directa, à margem de tais eleições.

O Sr. Governador Civil já teria dado alguns passos no sentido de resolver a crise, decidindo nova escolha para o efeito.

Por «fugas», sabe-se que foram contactadas pessoas, que, por eleição, nunca lá chegariam e, sobretudo, é lamentável que, num elenco de 7 membros da comissão futura, se pensasse em 2 filhotes do P.C.P.

Basta de assaltos. Uma vez que as eleições de 25 de Abril clarificaram a situação, mostrando o que pensa a gente de Melgaço debaixo do ponto de vista político, não se pode dar a quem nenhum voto teve — praticamente nenhum — nada menos que quase 30% quase dos votos expressos.

Os Partidos Políticos mais votados têm de assumir as suas responsabilidades. Não devem consentir que seja escolhido contra vontade do Povo e nas costas do Povo quem o Povo não elegeu nem elegeria...

Já se devia ter procedido do mesmo modo em relação à Casa do Povo. Estamos em democracia. É o voto quem decide.

Repetimos: os Partidos mais votados têm de assumir as suas responsabilidades.

O General Spínola analisa a política portuguesa...

É a seguinte a entrevista concedida pelo general António Spínola a Charles Vanhecke, do jornal «Le Monde»:

Pergunta — Fala-se que o senhor general se tem encontrado ultimamente com membros do Partido Socialista.

Resposta — Devo dizer-lhe que não me encontro vinculado a qualquer partido político, embora o meu pensamento político de reconstrução do país tenha pontos comuns com a ideologia socialista conforme ressalta claramente numa longa entrevista que eu concedi ao jornal português Expresso em janeiro do corrente ano. Neste momento não critico as posições que o Partido Socialista e o PPD vêm tomando em favor da democracia e da liberdade do povo português.

P. — Com base nas informações de que dispõe, como vê a evolução da situação portuguesa?

R. — O que se está passando em Portugal não é mais do que o natural e sistemático desenvolvimento do processo revolucionário comunista ali em curso, conforme foi denunciado ao país no meu discurso de renúncia à Presidência da República, em 30 de setembro do ano passado. Quanto ao seu desfecho, reporto-me a resposta que dei há dois meses a um entrevistador da ORFT, ao perguntar-me qual seria em meu entender o vencedor da luta pelo poder travada em Portugal

entre Soares, Cunhal e MFA. Respondi então: «O povo português». Hoje a minha resposta será a mesma, agora firmada em redobrada confiança face ao desenrolar dos últimos acontecimentos.

Portugal, nos momentos cruciais da sua História, sempre se encontrou no seu povo. Tudo

(Continua na 4.ª pág.)

Mil e quinhentos contos atribuídos à câmara de Melgaço

A câmara do Dr. Sidónio deixou uma dívida de bastantes milhares de contos, conforme entrevista publicada neste jornal, há meses.

Não tendo cara nem paciência para ouvir as reclamações dos interessados, — aliás justíssimas... — os membros da actual comissão administrativa, após terem insistido inutilmente junto das estâncias superiores pelo envio dos milhares de contos em débito, resolveram dimitir-se, assim o tendo comunicado superiormente.

Acabam de lhe ser atribuídos os primeiros 1.500.000\$00, esperando-se que, em devido tempo, venha o restante.

Da Vila e Concelho

Os incêndios destroem as matas

O mês de Julho e o mês de Agosto foram abundantes em incêndios e terríveis na destruição.

Em fins de Julho foi o incêndio em Penso, e no mês de Agosto foi nas matas de Cubalhão, Cavaleiralvo, Lamas e Gavieira.

É uma desolação.

PELO NOSSO HOSPITAL

— Encontra-se a prestar serviços clínicos nesta Vila, o Dr. Delim Manuel da Graça Guerreiro, recentemente chegado de Pereira d'Ega (Angola), onde exerceu durante vários anos a sua profissão, com apuro e dignidade.

— Regressou de Vila Praia de Ancora, o director clínico do nosso Hospital, Dr. António Cândido Esteves, onde gozou as suas merecidas férias, em companhia de seus amigos e familiares. Que Deus lhe dê forças e saúde para continuar lutando pela saúde dos mais desfavorecidos é o que lhe desejamos sinceramente.

— Trabalha-se activamente para a abertura de um posto clínico em Castro Laboreiro, tão necessário para o desenvolvimento da assistência local e áreas circunvizinhas. Entretanto as urgências são atendidas no nosso Hospital. Fora do horário estabelecido o médico só moralmente ou por respeito das regras deontológicas poderá sentir-se na obrigação de prestar serviços clínicos.

— Está a terminar o mandato da Mesa Administrativa da S.C.M. de Melgaço, que durante os anos de 1972 a 1975 geriu muito prestimosamente esta obra de Beneficência, tão útil ao nosso Concelho.

É pois digno dos maiores elogios, este elenco administrativo que tão inteligentemente soube orientar os destinos desta Santa Casa, do qual fazem parte: Dr. Sérgio Saavedra, Professor Nuno Cândido Domingos e Manuel Lourenço Lima Júnior.

— Foi de constante labor a tarefa levada a cabo pelo pessoal em serviço, durante o passado mês de Agosto. Como números esclarecedores, podemos informar que foram dadas 839 injeções, feitos 625 curativos no Banco do nosso Hospital, além de diversas radiografias e outros tratamentos. Quanto ao serviço da maternidade, também foi de enormes proporções.

PASSEIO DA CATEQUESE (meninos) — Como habitualmente, realizou-se no dia 9 do corrente mês, o passeio das crianças da Catequese desta Vila.

Partiram às 8 horas numa excursão em direcção a S. Bento da Porta Aberta. A chegada realizou-se a Santa Missa, tendo como celebrante o Reverendo Padre Justino Domingues. Ao fim desta cerimónia religiosa tomou-se o almoço no parque do Santuário.

De tarde, continuaram o passeio e chegaram ao parque Nacional da Peneda-Gerês. Aqui visitaram uma parte do mesmo, onde a admiraram muito, pois não contavam ir ver uma coisa tão maravilhosa.

Mais adiante saíram em direcção a este nosso concelho, onde ainda pelo caminho visitaram a Barragem da Caniçada e a Senhora da Abadia. Chegaram pelas 22.30 horas.

As crianças muito contentes, não esqueceram de agradecer ao reverendo Pároco desta Vila, tão bondoso para elas.

Deixada em paz a casa em frente à Loja Nova

O leitor recorda-se do alevente provocado pela Câmara do Dr. Sidónio, quando tentou desalojar os proprietários da casa em frente à Loja Nova, à entrada da vila?

Centenas de pessoas assistiram à comédia e à inútil refrega da parte dos funcionários da câmara, empenhados em demolir a casa, no que foram impedidos pela corajosa resistência dos donos.

A actual comissão administrativa herdou o pleito e acaba de o resolver o melhor possível, segundo nos parece.

Deliberou, com efeito, que a Junta Autónoma das Estradas e a Urbanização tomassem o caso a si, transformando e alindando o local, mas indemnizando os proprietários dos prejuízos que porventura venham a causar-lhes.

Aproveitamos o ensejo para lembrar que seria oportuno, já agora, estudar o caso do barracão, à saída da vila, insistindo com a JAE e a Urbanização com vista a programar uma acção capaz de alindar o recinto, acabando duma vez por todas com o mostrengo, que ali continua, afeando de morte o local, assim dando aos que nos visitam uma péssima impressão de sujidade e desinteresse.

PROBLEMAS COM A ACTUAL JUNTA DE FREGUESIA DE CRISTÓVAL — Há bastantes anos que a sr.a Nair das Dores Amaral, residente em S. Gregório, tinha comprado determinada porção de terreno. Qual o seu espanto, quando há dias, lhe foram cortar os pinheiros, alegando que haviam comprado o citado terreno. Ora a compradora, que ao que nos consta possuía documentos em seu poder da anterior Junta, apresentou a referida queixa. Será que a actual Junta está a proceder bem? Supomos bem que não, e antes de procederem a ilegalidades seria bom verem aquilo que ficou acordado pelos seus antecessores, para evitarem possíveis dissabores. Aqui fica o nosso reparo...

ACTO MALEFICO (vandalismo) — Pelas 21 horas do dia 7-9-75, na recta de Lamas de Mouro, foi encontrado prostrado no solo, José Ferreira Barbosa, solteiro, de 46 anos, residente em Castro-Laboreiro, pela sr.a D. Rosa Vaz, moradora em S. Gregório, motorista de aluguer. Conduzido ao nosso Hospital, em virtude dos maus tratos sofridos, quando fazia as suas necessidades, o agredido apenas pode adiantar que determinado indivíduo que conhece de vista, o atacou em posição difícil. Procura-se o senhor desta proeza, cujas razões se desconhecem no momento.

INCENDIOS — 10-8-75 — Arderam durante a noite, cerca de 5 000 m² de mato e pinheiros nos Montes das Porreiras, Alvaredo, pertencente ao Sr. Eduardo Ramiro Pereira.

10-8-75 — Cerca de 40 000 m² de mato e giesta, pertencente a Diversos

proprietários e junta de freguesia, em Sotomendo, Fiães.

20-8-75 — Incendiou-se um palheiro pertencente ao sr. Manuel Lourenço, residente nas Carvalhiças, desta Vila, tendo ardo palha, feno e madeiras.

27-8-75 — No lugar da Formiga, Paderne, ardeu num monte tendo queimado 10 000 m² pertencente à junta de freguesia e diversos proprietários.

29-8-75 — No Parque Nacional da Peneda Gerez, no lugar de (Lama do Arado), ardeu 70 000 m² de mato, pinheiros e carvalhos.

31-8-75 — Arderam 4 000 m² de mato e pinheiros no Monte da Cabreira, Rouças, pertencente a diversos donos e junta de freguesia.

3-9-75 — Em Rouças, no Monte do Catarro, arderam 400 m² de mato e pinheiros, pertencente a Manuel Luís Domingues Guarda Florestal.

3-9-75 — Pertencente a diversos donos, ardeu no lugar de Retorta, Rouças, 2 000 m² de mato, pinheiros e carvalhos.

No combate às chamas, colaboraram os Bombeiros Voluntários do concelho de Melgaço e Monção, Serviços Florestais, G.N.R. e as populações locais.

Estes incêndios poderiam ter efeitos mais desastrosos, se não fosse a rápida intervenção das forças atrás citadas. Receou-se em grande parte que tenham tido origem criminosa. Para tal às entidades competentes lhes compete averiguar.

ACIDENTES — Em 31-8-1975 — José António Baleixo, solteiro, de 16 anos, residente no lugar de Surribas, da freguesia de Rouças, atropelou a menor de 4 anos, Idalina de Jesus Dias Pereira, filha de José Alberto Pereira e Maria Barreiro Dias. Este acidente teve lugar na Ladroneira, Fiães, quando a menor surgiu da rectaguarda de um veículo que se encontrava estacionado. Sofreu ferimentos leves.

Em 2-9-1975 — Mais um acidente na Ponte da Cevidade (Pêso). O camião MS 27-07, da firma Jaime Dias, Suers., L.da, com sede em Pedrulha, Coimbra, conduzido pelo motorista António da Silva Cavaleiro, embateu no veículo FP 17-20 (Volkswagen), conduzido pelo seu proprietário, o sr. José Maria Pereira Nabeiro, comerciante, residente nesta Vila. Ao que nos consta, o veículo FP 17-20, ao avistar o camião estacionou, tomando assim a precaução devida. Não obstante, o camião continuou o seu caminho, indo embater no veículo do sr. José Maria Pereira Nabeiro, o qual embora estacionado, não se encontrava junto da bermã da estrada. Segundo informações o caso segue a Tribunal.

AGRESSÕES — 19-8-75 — Aurea de Jesus Gonçalves, morador no lugar da Carreira, S. Paio, foi agredida por Jaime Gonçalves, residente no lugar da Travessa, daquela freguesia. As causas são desconhecidas até ao momento. Como consequências há a lastimar escoriações na bacia do lado direito, do agredido.

2-9-75 — No lugar da Ponte, S. Paio, mais uma vez a sr.a Isaltina da Silva Rodrigues, se viu envolvida em contendas. Desta vez, agrediu com pedras a sr.a Rosa de Jesus Fernandes, de 70 anos, ambas residentes no lugar acima citado. Há a lastimar ferimentos num joelho da sr.a Rosa de Jesus Fernandes. Os poucos vizinhos residentes neste lugar, estão constantemente em sobressaltos, dado o procedimento incorrecto da Isaltina.

6-9-75 — Da parte da tarde, devido a divergências entre crianças, o sr. José António Gonçalves, morador no Souto, Paderne, agrediu à bofetada a

STAND MELGACENSE

DE AMADEU GOMES

Telef. 4 21 04

das famosas marcas alemãs de frigoríficos **BOSCH**
de Rádios e Televisores **BLAUPUNKT**
de electrodomésticos **GRUNDIG**
das Balanças e material **A. PESSOA**
do **GÁS MOBIL**, da **PHILIPS**
e das inultrapassáveis motorizadas **FAMEL-ZUNDAP** e **SACHES**

DÊ A SUA PREFERÊNCIA AO STAND MELGACENSE

Além das melhores marcas é o único que possui electricistas próprios para garantir a devida assistência e para fornecer orçamentos grátis

Se tem qualquer dúvida, consulte-nos
NINGUÉM O FORÇARÁ A COMPRAR

Sr.a Maria Manuela de Castro, ali residente.

9-8-75 — Maria Barbosa Alves, viúva, residente na Gramuinha, Paderne, deste Concelho, foi agredida no lugar de Crastos, por Ana Maria Rodrigues, solteira, ali residente. Ferimentos leves estão na causa desta agressão.

ACHADO — Encontra-se no Posto da G.N.R. desta Vila, uma blusa de homem (camurcine) que foi encontrada na estância termal do Pêso, e será entregue a quem provar pertencer-lhe.

De Chaviões

8-9-1975

INCENDIO — Pelas 5 horas da tarde do passado dia 31, deflagrou com grande intensidade, um incêndio no monte denominado «Cótaro» pertencente a esta freguesia, tendo tomado proporções bastante receosas.

O fogo foi combatido pelos nossos Bombeiros, com a colaboração dos de Monção e muitos populares da freguesia de Rouças.

Não teve maiores efeitos, não só pelo ataque que lhe foi feito, como também pela estrada para Fiães, que lhe serviu de barreira.

Os prejuízos não são de molde a considerar avultados, apesar da grande área queimada, mas devido ao facto de ser desarborizada e ao desinteresse dos lavradores pelo mato naquele local. No entanto foi tomada em conta outros montes próximos muito arborizados.

Quanto à origem do incêndio, não se sabe se foi acto criminoso ou involuntário.

O QUE É BOM DEPRESSA ACABA — Depois de terem gozado as suas férias entre nós e no convívio dos seus familiares e amigos, foi já quase na totalidade o regresso à França dos emigrantes desta freguesia, para mais uma temporada de trabalhos, sacrifícios e incertezas. Assim os ruídos e as poeiras produzidas pelo grande movimento de automóveis de várias marcas e modelos, na sua

passagem por esta estrada, voltou o silêncio.

Que Deus ajude a todos e que para o ano nos voltemos a ver, são os nossos ardentes desejos.

PARTIDA — Do seu Lar da Saúde para Terras de Santa Cruz (Brasil) partiu mais uma vez o Sr. Amadeu Abílio Lopes, a quem desejamos as maiores felicidades em companhia de sua estremecida esposa.

CHEGADA — Vindo de França, a onde reside, está entre nós e em casa dos seus familiares no lugar do Outeiro, o nosso conterrâneo e amigo Sr. Francisco Manuel da Cunha, fazendo-se acompanhar de sua esposa e filhinho.

Os nossos cumprimentos de boas vindas e uns dias bem passados entre nós, são os nossos votos.

A. R.

Pela Administração

COBRANÇA

Vai ser feita a cobrança aos que ainda estão em dívida. Pedimos a todos para não deixarem devolver os recibos pois só originam despesas supérfluas e trabalho inútil.

PAGARAM 1975:

João de Abreu, Melgaço; Alves Fernando, França; José Bento Fernandes, Almada; Anselmo Manuel Fernandes, Almada; Fernandes Mário, França; Manuel José Rodrigues, Fiães; Jorge Rodrigues, França; José Joaquim Monteiro, Melgaço; José Luís Pereira, França, novo assinante; António Armando Alves, Chaviões, novo assinante; Dr. Adriano Marques Magalhães, Vigo; Manuel Inácio Pires, Paderne; Alfredo Peixoto de Almeida, Porto; Herculano Arsénio Pinheiro, Melgaço; Nabeiro Luís Fernandes, França, novo assinante; Alvaro Alberto da Conceição, Lisboa; Fernando Augusto Gonçalves, Lisboa; Ludovina Cardoso, Rouças; José de Sousa Monteiro, Peso; D. Miquelina Alice Lamas, Porto, nova assinante; Alberto Augusto Gonçalves, Lisboa; António Dias, França; Justino Gonçalves, Gave; Carlos Paulino Fernandes Baptista, Lisboa.

Ao nosso correspondente em Prado foi pago o ano de 1976 de Adjuto Manuel Vaz, França; e enviou-nos ainda dois novos assinantes que já pagaram a assinatura. São eles os srs.: João Luís Gonçalves Ribeiro, França; e José Henrique Gomes, Lisboa.

PAGARAM JÁ 1976 INCLUSIVE:

Augusto Fernandes Baptista, de Odivelas, como amigo, e Gonçalves José Henriques, França; Alberto José Caldas, Paderne; Mário Augusto Feliciano, Lisboa; Gil Augusto Fernandes, França; Ferreira Manuel, França; Libério Esteves, Lisboa, e Luís Antunes David, Montijo.

Electrotécnica

de ANTÓNIO SOLHA & IRMÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA — MELGAÇO

RÁDIO TELEVISÃO ELECTRICIDADE AMPLIFICAÇÕES SONORAS

Agentes da SIEMENS.

Prestam assistência técnica com competência e honestidade no nosso concelho.

CONSULTE-NOS para as suas instalações!!!

Artística "Foto-Caldas,"

DE José Joaquim Caldas

R. Rio do Porto — Telefone 42220 — MELGAÇO

Executa fotografias para documentos, na mesma hora — vende materiais para amadores e cinema das melhores procedências — faz reportagens em casamentos, baptizados, procissões, etc., em preto e côr.

Se quer ficar bem servido, dê-nos a sua preferência.

Que a construção civil atinja os meios rurais

(Continuação da 1.ª página)

ma da habitação que se manifesta com a mesma intensa acuidade nessa região.

A marginalização a que tem sido votada a gente do Norte, neste aspecto da vida social, só raramente quebrada em alguns dos maiores aglomerados populacionais com os bairros sociais das caixas de previdência, é causa de insatisfação e desespero de todos os nortenhos. E de maior desespero ainda, em pequenas vilas do interior, onde se detecta, tristemente, a flagrante contradição da miséria dos habitantes com a magnificência majestosa de luxuosos palácios de justiça. Como testemunho de escárnio e desprezo por toda a justiça que desejaríamos, na sua concepção social, dirigida a todos os portugueses.

Não é só em Lisboa e no Porto que existem bairros de lata ou ilhas inabitáveis sem um mínimo de respeito pela dignidade do homem. Há-os por essas cidades fora, pelas vilas mais lavadas e pelas aldeias mais obscuras. Por terras que não vêm no mapa, mas onde vive gente trabalhadora e honesta, gente válida, cujo leque se estende desde os caluniados ciganos até aos incompreendidos servos da gleba que trabalham para si e para satisfazerem as necessidades de todos os meninos bonitos que rompem as suas calças nas cadeiras dos cafés das cidades.

Mas o certo é que, num plano de construção de habitações sociais em mente do Governo, todas as populações rurais têm sido sistematicamente esquecidas, transferindo-se para as sedes dos concelhos as projectadas construções. Mais uma vez, talvez por vício do passado, se pretende centralizar uma obra que deveria ser eminentemente social e, portanto, estendida a todas as classes mais desfavorecidas da população portuguesa.

Sabemos de câmaras, Sr. Presidente, que irão eventualmente construir habitações sociais nas sedes do concelho, é para as quais não têm, de momento, ocupantes. Faço aqui esta denúncia para que ainda possa ser corrigido o erro, evitando-se as suas naturais consequências sociais.

Os investimentos para este fim social da habitação deveriam, em meu entender, ser distribuídos por reais desalojados, que são também aqueles que, possuindo uma casa, nela não encontram um mínimo de comodidade. Nela entra, como em forno de pão, todo o calor dos quentes Verões do Norte. E pelas fendas das pedras, mal trabalhadas e mal assentes, todo o frio rigoroso do Inverno. E onde não há nem água nem luz, nem caminhos, nem telefone, nem assistência médica, nem escolas nas redondezas mais próximas.

Já não quero falar, neste momento, na agressão pessoal que é feita aos possíveis utentes dessas habitações sociais, sujeitos a construções-tipo onde as pessoas se sentirão como antigos seminaristas espartilhados no mesmo uniforme.

A construção de habitações sociais a preço convidativamente baixo exige, naturalmente, a utilização de elementos pré-fabricados que podem ser combinados de modo a que a estrutura da construção não se enquadre dentro de tipos rígidos. Desde crianças que muitos dos actuais arquitectos portugueses brincam ao encastelamento de formas únicas para obter os mais díspares efeitos. São as construções «Leggo» ou outras semelhantes.

Da imaginação nascerão, com certeza, tipos diferentes de habitações, como convém ao individualismo da nossa raça. O que se torna indispensável é que haja quem construa os elementos unitários a utilizar; o que é imprescindível é que a iniciativa

privada ponha à prova, para isso, sua imaginação. Será esta uma motivação capaz de fazer reviver toda a indústria ligada à construção civil.

No que se refere à reconversão de habitações impróprias, há que tomar medidas caso a caso e região a região, para que cada um se não sinta estranho na sua própria casa.

E não esqueçamos a frase do sapateiro da minha terra, que dizia «ou comamos todos ou haja moralidade».

Esperemos que esta problemática da construção social se estenda aos meios rurais, permitindo que todos os que têm uma casa imprópria a tenham digna. E satisfazendo as suas próprias necessidades e desejos.

Neste aspecto não queria aqui deixar de referir a experiência feita pelo antigo director do Parque Nacional da Peneda-Gerês, engenheiro Lagrifa Mendes — a quem, neste momento, desejo prestar a minha homenagem e o protesto mais vivo pelos actos governamentais que o afastaram daquela magnífica obra —, na zona do Parque e, mais especialmente, no lugar da Ermida.

Noutro aspecto, bom seria, talvez, que os nossos governantes se debruçassem sobre o tipo de cooperativa que está em gestação no Porto para a construção social, onde a colaboração de desempregados da construção civil e outras actividades se reuniram e esperam que o MFA, despendendo menos do dinheiro da Nação em propaganda política, desvie esses fundos para o fornecimento de materiais de construção.

Para que haja moralidade na distribuição da riqueza útil, para que o sapateiro de Braga não tenha de continuar a dar lições de justiça, para que se não pense que o povo é o inimigo da Revolução.

(Eng. Armando Correia, deputado do PPD, na sessão da Assembleia Constituinte de 21 de Agosto).

De PRADO

FALECIMENTO — Acabo de ser informado pelo dedicado assinante sr. Manuel José Gonçalves, mui digno 1.º Sargento de Marinha do falecimento no Hospital da Marinha de mais um componente da gloriosa Marinha de Guerra Portuguesa, ter falecido em 19 de Agosto e ele José Augusto Armada, cabo artilheiro, faleceu com a idade de 59 anos, natural do lugar de Varzea freguesia de Paderne, filho de António Armada, casado em segundas núpcias com uma minha Sobrinha, tanto ao pai como ao filho sempre dediquei laços de amizade, lá se encontram ambos na eternidade, que descansem em Paz, e à família em luto, envio sentidos peçames, assim como agradeço àquele que nunca se esquece de informar de tudo que se relaciona com a terra que o viu nascer, não fosse ele natural da freguesia de Rouças que faz parte do Jardim de Portugal.

DE FERIAS — Por terem terminado as suas férias regressaram às suas anteriores situações os dedicados assinantes: D. Delfina Gomes de Sousa Gonçalves e seu marido Justino José Gonçalves, ela enfermeira organizadora da Casa de Saúde do Alentejo, da Marinha, ele 1.º Sargento Enfermeiro da Armada na reserva e há anos enfermeiro da Petroquímica. Henrique José Gomes, comerciante, filho do nosso amigo Américo Luís Gomes, que se inscreveu também como assinante tendo pago adiantada a sua assinatura, Lindolfo Gonçalves, comerciante, sua esposa D. Maria da Paz Calheiros e filho, que está de parabéns, visto termos em breve mais um professor.

PARA FRANÇA — Regressaram às suas anteriores ocupações Alípio Gonçalves, sua esposa D. Belardemir Gomes Gonçalves e filhos; João Luís Gonçalves Ribeiro, sua esposa D. Celina Ribeiro e filhinhas que voltam à terra que as viu nascer, tendo-se seu pai inscrito como assinante e pago a sua assinatura.

— Seguiram muitos mais emigrantes e regressaram não sabendo se são assinantes, se o foram darei a sua saída no próximo número, é favor comunicarem-mo.

VISITA — Deu-nos o prazer da sua visita o assinante amigo Manuel Esteves, acompanhado pela Ex.ma Esposa D. Maria Clara Esteves filhas e genros, que mais uma vez vem mostrar as Belezas do Alto-Minho, sua terra Natal, seguindo daqui para a terra de sua esposa, Souto de Lafões,

S. Pedro do Sul, seguindo depois para sua residência em Lisboa onde aguarda os seus amigos e aqueles que o procuram.

BAPTIZADOS (Gente Nova) — Em 17-8-975, foram baptizados nesta freguesia de Prado:

— Sandrina Gomes de Sousa, filha de José Elias de Sousa e de Maria da Conceição Gomes.

— Edite Maria Ribeiro, filha de Alberto Augusto Ribeiro e de Maria de Lurdes Braga.

— Salomé do Céu Gonçalves Ribeiro e Rute de Jesus Gonçalves Ribeiro, filhas de João Luís Gonçalves Ribeiro e de Celina Hortence Ribeiro.

— Em 7-9-975 — Sandra Cristina de Castro Gonçalves, filha de António José Gonçalves e de Rosa Maria Lourenço de Castro.

M. S.

De Paderne

EMIGRANTES — Durante o passado mês de Agosto, a maior parte dos nossos emigrantes, em França, vieram gozar as suas férias junto de nós e no seio daqueles que lhes são queridos.

Por toda a parte se viam carros de matrícula francesa, o comércio tinha um movimento anormal e as festas e os bailes sucederam-se com grandes manifestações de alegria e bem estar. Em quase todos os rostos paderneiros, via-se bem estampada uma expressão de satisfação que bem manifestava o carinho e a alegria com que os nossos emigrantes foram recebidos pelos seus familiares, bem como por todos os seus conterrâneos. E que o nosso emigrante, embora afastado da sua terra natal, nunca por nós é esquecido.

TERMAS DO PESO — Este ano, as termas do Peso têm tido uma afluência um pouco superior aos anos anteriores, principalmente no que diz respeito ao Turismo. Houve alturas em que as instalações hoteleiras foram poucas para acolher quantos ali acorriam.

As excursões de passagem têm-se sucedido a ritmo acelerado, quer em auto-carros, quer em carros pessoais, pelo que o movimento ali tem sido sempre muito grande.

RESIDENCIA PAROQUIAL — Já se encontram concluídas as obras de reparação e conclusão da residência paroquial, pelo que o Senhor Prior já há cerca de um mês que ali se encontra a residir.

IGREJA PAROQUIAL — A Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais tem mantido aqui uma brigada de trabalhadores, para conclusão da restauração deste monumento nacional. Presentemente está-se a proceder à restauração da capela de Nossa Senhora do Rosário.

PRISÕES POR POPULARES — No passado dia 7, e por ocasião do arraial nocturno da festa de S. Silvestre, em Queirão, foram presos, por populares, e, a seguir entregues à Guarda Nacional Republicana, dois forasteiros, que se encontravam junto da capela e que deram indícios de serem incendiários.

FALECIMENTO — No passado dia 6, faleceu no lugar do Peso, onde residia com os seus familiares, o sr. José Alves Puga, 1.º cabo aposentado da Guarda Fiscal, que contava 68 anos e que no meio era muito estimado. A sua morte surgiu quando menos se esperava, pois o sr. Puga não se encontrava doente, e apenas alguns momentos antes do seu passamento começou a sentir-se mal.

O seu funeral, que se realizou no dia seguinte, foi uma verdadeira manifestação de pesar, e nele se incorporaram muitas dezenas de automóveis. Sentidas condolências a toda a família e paz à sua alma. — (C.)

Sr. COMERCIANTE:

Deseja ver os seus artigos a ser rapidamente vendidos? Anuncie desde já em «A VOZ DE MELGAÇO»

Dr. Oliveiros Rodrigues
ADVOGADO
Largo Hermenegildo Solheiro
MELGAÇO

Bento Gomes
EMPREENHEIRO
Melgaço — Tel. 42113

A RENASCENÇA

de JOÃO MARIA DE OLIVEIRA
Rua do Rio do Porto — MELGAÇO
Telef. 42488

Nesta casa executam-se todos os trabalhos de piche-laria, instalações de quartos de banho com água quente e fria. Todos os trabalhos são executados com a máxima perfeição e rapidez a preços sem competência. Orçamentos grátis.

SEGUROS

- * Acidentes pessoais
- * Acidentes no trabalho
- * Aéreo
- * Agrícola
- * Automóvel
- * Avaria de máquinas

- * Caça
- * Incêndio
- * Inundações
- * Quebra dos vidros
- * Terramotos
- * S. Cristóvão
- * Vida

Trata: **Miguel H. G. Pereira**
Rua da Calçada — Telefone 42212 — MELGAÇO

Vinho do Porto **BARROS**

De todos De todos
O O
mais saboroso mais preferido

Lágrima Christi **BARROS**
em França o mais apreciado

Fany

LAVANDARIA E TINTURARIA
(a Casa que Melgaço precisava)

«Lavagens a sêco, molhado e tinturaria»

Executa serviços rápidos a preços módicos

na
RUA DO RIO DO PORTO, em MELGAÇO

O General Spínola

(Continuação da 1.ª página)

indica que, mais uma vez, assim sucederá. A última palavra pertencerá ao povo português que já começou a aperceber-se que fora traído na boa-fé que depositara na pureza democrática do 25 de Abril.

P. — Então, na sua opinião, a situação política portuguesa evoluirá para o restabelecimento de uma democracia?

R. — Assim o creio. Mas, para tanto, importa, antes de mais, legitimar a autoridade e utilizá-la determinadamente na implantação de um regime autenticamente democrático alinhado pelo mundo livre ocidental onde nos inserimos.

P. — Qual a evolução do comportamento das Forças Armadas no processo político português?

R. — A meu ver, as Forças Armadas não podem deixar de acompanhar a vontade democrática já inequivocamente expressa pela grande massa da nação, e como tal opor-se determinadamente à implantação de uma ditadura comunista em Portugal.

P. — O senhor general que um dos símbolos do 25 de Abril certamente ainda mantém com a sua presença alguma ligação com os militares que se encontram em Portugal?

R. — É evidente que acompanho todos os passos do processo revolucionário português, e continuo a confiar verdadeiramente no patriotismo dos verdadeiros oficiais de carreira.

P. — Acha que pode contar com alguns elementos daqueles que ultimamente não concordaram com a evolução do MFA?

R. — Não ponha o problema nesses termos. Portugal é que poderá contar com eles.

P. — Quais são os seus projectos imediatos? Criar um Movimento? Radicar-se noutro país, como por exemplo a França?

R. — Não pretendo radicar-me em qualquer país estrangeiro. O Movimento a que se refere é já uma realidade que brotou espontaneamente da grande massa do povo português e a que aderiram todos os portugueses que desejam firmemente viver num Portugal independente, livre e democrático.

P. — A opinião pública não compreende como é que em 28 de setembro, sendo o senhor general chefe de Estado, não usou dos seus poderes para evitar a espectacular intervenção das milícias populares em oposição a uma manifestação que lhe era dirigida.

R. — Compreendo a dúvida posta. No 28 de setembro, usei dos poderes de que dispunha. Mandei apresentar à presidência da República o chefe do Estado-Maior — General das Forças Armadas, general Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o comandante adjunto do COPCON, brigadeiro Graduado Carvalho. Determinei-lhes que

analisa a política portuguesa...

fossem tomadas todas as medidas necessárias para remover as barreiras montadas nos acessos a Lisboa e para dispersar as milícias populares que ilegalmente se haviam constituído. Nesse sentido, o primeiro-ministro redigiu um comunicado que assinou e foi lido pelo ministro da Comunicação Social aos microfones da Emissora Nacional. O general Costa Gomes assumiu a responsabilidade do cumprimento da decisão todama. Tratava-se de um homem que além de amigo eu considerava sério, se comprometera a que, se cumprida fosse cumprida.

Surpreendido, portanto, fiquei quando vim a saber que as forças militares enviadas para remover as barricadas confraternizavam com as milícias que as guarneciam. Nessa altura, era demasiado tarde para tomar outra atitude. Soube imediatamente que o general Costa Gomes e o primeiro-ministro me tinham traído, encobrindo a situação por eles próprios criada em conluio com o brigadeiro Carvalho e emitindo ordens contrárias ao cumprimento da missão a que se tinham comprometido.

Traído, e tendo-se tornado evidente que o meu poder era fictício, só me restava a renúncia. Outra atitude seria colaborar na manutenção da falsa imagem democrática que cobre em Portugal o processo revolucionário comunista em curso e, por conseguinte, iludir o povo português.

P. — Qual foi a sua intervenção no golpe de 11 de março?

R. — Nada me liga ao 11 de março quer ao planeamento, quer na sua execução. Quando na véspera fui informado por oficiais que me eram inteiramente dedicados, da existência de uma lista, na qual o meu nome figurava entre o de 500 oficiais para prender ou eliminar na noite de 12 de março, não vi motivos para duvidar. O COPCON e a LUAR vinham efectuando sistematicamente prisões de pessoas consideradas hostis ao processo revolucionário.

Por razões óbvias, era em mim que se contavam as preocupações dos dirigentes, conforme ficou demonstrado pelo facto de a minha residência ter sido cercada por forças do COPCON na madrugada de 11 de março, logo após a minha saída e antes do golpe ter sido desencadeado. Decidi aceitar o refúgio que me era proporcionado na Base Militar de Tancos e o avião que me era facultado para sair do país acompanhado de minha família. E torna-se evidente que não iria assumir a chefia de um golpe militar acompanhado da família.

Fui posto perante uma situação consumada e irreversível. Embora, como disse, alheio ao planeamento e execução do golpe, não o quisiterno, como muito, um quixotismo ridículo. Usando a técnica já utilizada no 16 de março de 1974, os comunistas fizeram precipitar uma acção que saibam estar sendo preparada e que, de outra forma, teria indiscutível sucesso. Jogaram inteligentemente com a abnegação de um grupo de oficiais que num acto desesperado, procuraram evitar que numerosos compatriotas fossem presos ou eliminados.

Esses oficiais, que tão corajosamente se levantaram contra a traição feita aos ideais democratas do 25 de abril, foram então vilmente acusados de traírem a liberdade do povo. Todavia, cada dia que passa, mais a análise serena dos factos vem evidenciando, àqueles que ainda não o entendem, quais são os verdadeiros traidores do povo português.

P. — Admitindo uma liquidação de pessoas, por que não tomou o senhor general medidas mais espectaculares do ponto de vista político, como refúgio numa embaixada ou pedido de protecção ao presidente da República?

R. — O refúgio numa embaixada estava fora de causa, pois era do meu conhecimento que o COPCON, quando efectuava prisões de pessoas de destaque, cercava determinadas embaixadas a pretexto de segurança mas com o objectivo de prender aqueles que ali procurassem refúgio.

Quanto à hipótese de pedir protecção ao presidente da República considero-a incongruente, pois ele próprio era o comandante do COPCON e sancionava as medidas repressivas planeadas, além de não poder esquecer a traição de que fui vítima em 28 de setembro. Nestas circunstâncias, não poderia nem numa prisão ou continuar a lutar pela libertação do meu país, a situação adotada parestantou-se como única alternativa.

P. — Mas se o senhor general tivesse sido preso poderia beneficiar-se de pressões externas para obter sua libertação.

R. — Sem menosprezo por eventuais pressões que porventura viessem a ser feitas, a análise retrospectiva do comportamento do actual governo português revela-nos a existência de um clima de irresponsabilidade insensível a pressões dessa natureza.

P. — Diz o senhor general que o golpe de 16 de março de 1974, conhecido pelo «golpe das Caldas», foi precipitado pelos comunistas?

R. — Tenho sobejas provas de que os comunistas, usando de

Sociedade sem Classes?

A tal sociedade sem classes que muitos «camaradas» apregoam de mão fechada e punho erguido, nunca existiu nem existe em nenhum país do Mundo. Agora já há quem diga que em Portugal vai terminar a exploração do homem pelo homem e que nunca mais haverá gente rica e nunca mais, mas eu não vou fiado nessas cantigas.

A verdadeira igualdade entre todos os seres humanos, digam lá os entendidos o que quiserem, nunca foi nem é possível, a não ser no nascer e no morrer. Só nisso e em mais nada, é que somos todos iguais. De resto, como querem uma sociedade sem classes, se um simples trabalhador rural ou servente da construção civil nunca poderá ganhar tanto como um ministro ou como um engenheiro?

E dentro da mesma sociedade em que vivemos não haverá sempre uma grande distinção? Eu que de política nada percebo e que por isso me tenho metido numa camisa de sete mangas igual às que usam alguns que julgam saber tudo e mais alguma coisa, não posso compreender qual o soldado não ganha tanto como um General, e porque será que um modesto funcionário público não consegue um ordenado igual a um ministro. Ainda que os funcionários públicos tenham sido substituídos por «trabalhadores» da função pública e que agora já não haja colegas mas sim «camaradas», a distinção de classes e diferença de viver, é a mesma que havia e sempre haverá eternamente. Quando poderemos ter todos casas iguais, automóveis da mesma

diversos estratagemas, como telefonemas anónimos cobertos por nomes supostos, fizeram constar que determinadas unidades marchavam sobre Lisboa, fazendo que, por espírito de solidariedade, eclodisse precipitadamente um golpe que se encontrava planeado para ser executado dias depois.

P. — Mas, sendo assim, com que intenção o teriam feito se também eles estavam interessados em derrubar o regime fascista?

R. — Sim, mas o que não estavam era interessados nos oficiais que encabeçavam o movimento de março de 1974, por não lhes darem quaisquer garantias de colaboração com eles. Tanto assim que, na sua grande maioria, esses oficiais se encontram agora presos ou exilados. Com o 25 de Abril foi bem diferente, conforme o tem pro-

vado a actuação do MFA no desenvolvimento do processo revolucionário.

P. — Mas o senhor general considera o MFA comunista?

R. — Não tenho a menor dúvida de que o MFA, conduzido por uma minoria de oficiais comunistas ou de tendências afins, se transformou num instrumento do PCP, actuando como seu escalão de vanguarda no processo revolucionário em curso.

MANUEL ANTÓNIO RIBEIRO SOLICITADOR

Largo Hermenegildo Solheiro MELGAÇO

“A VOZ DE MELGAÇO,”

Annual: 80\$00 — Avença - Quinzendário — Estrangeiro: 100\$00; Avião: 140\$00

15 SETEMBRO 1975

Tintas e Vernizes

Em BRAGA procure na DROGARIA DO MERCADO. Preços de revenda. Qualidades garantidas. Agentes dos produtos Agrícolas SAPEC, para tratamento de Pomares.

Praça Comércio, 71 - Tel. 24937 (Junto ao Mercado)

Espelhos e Cristais

Vidros para Janelas Automóveis e Estabelecimentos — TELHAS E TIJOLOS DE VIDRO

Sociedade de Cristais, L.da Rua do Almada, 25 - PORTO - Tel. 311057